

PESCA ARTESANAL NO CEARÁ: Tecnologia, Sistema Cognitivo e Relações de Produção

L. G. MENDES CHAVES

Analisa o presente artigo a tecnologia, o sistema cognitivo e as relações de produção ligados à pesca em Almofala, comunidade pesqueira no Norte do Ceará. Apesar de os dados terem sido colhidos na sua quase totalidade nessa comunidade, pode-se com relativa segurança generalizá-los a toda a Região onde se insere, abstraídas as particularidades de ordem histórica e portanto mais locais. A comunidade tem dois tipos principais de pesca: a chamada "pesca de curral" e a "pesca de linha". Este artigo enfocará apenas a pesca de linha.

a) *Introdução: Breve relato histórico.*

"Pesca de linha" é a praticada com linha e anzóis, tanto em alto mar como em zonas próximas à praia (na linguagem local, "pesca de fora" e "pesca de terra", respectivamente).

Na atualidade há dois portos para a pesca de linha em Almofala: um na Pequena Almofala, outro nos Torrões. Até 1962, porém, só existia o da Pequena Almofala, registrando-se aí todo o movimento de pesca. Mas como em 1961, graças à interferência de fatores geográficos, se abriu nos Torrões uma ligação do rio Aracati-Mirim (que antes

desembocava na Pequena Almofala) com o mar, principiou a surgir aí a pesca de linha. Apesar disso, contudo, a principal técnica de pesca em Almofala até 1965 foi de longe e de curral. Sempre existira antes a pesca de linha mas só eram executadas “pescarias de terra”, muito próximas à praia (até a “risca”).

O ano de 1965 constitui, entretanto, marco importante para a evolução desse tipo de pesca, tendo sido sua causa principal o fracasso completo dos currais em 1964, quando se desencadeou uma crise, impelindo grande parte dos vaqueiros a reagir de qualquer modo para resistirem-na. A primeira solução tentada foi a subtração de lagostas a manzuás de firmas de Fortaleza, colocadas no mar de frente a Almofala e comunidades vizinhas, ação inspirada e patrocinada por uma pessoa do distrito-sede de Acaraú, a qual levava de 15 a 20 canoas com alguns pescadores para Almofala, lá integrando com pescadores locais o resto da tripulação. Enfrentaram, após efêmero sucesso inicial, sérios problemas, culminando com violento conflito entre os pescadores locais e os de Fortaleza. Nesse ano, 1965, se repetiu quase completamente o fracasso dos currais. Foi então que começou a correr a notícia, transmitida por pescadores de outros lugares, lá aportados, de um ponto de pesca muito bom — “a pedra das cavalas” — na faixa de 27 braças “no mar de Acaraú”. Organizaram as embarcações — remodelando as existentes e construindo novas — e se lançaram à busca da “pedra” — “Mesmo quem não era acostumado a pescar no mar fundo, se aventurou. Tinham os bolsos limpinhos, sem nada, por isso foi o jeito.”

A partir daí a pesca teve duas tendências evolutivas no lugar: na Pequena Almofala, após atingir determinado nível, estacionou; nos Torrões prosseguiu com o seu desenvolvimento e chegou a ser o principal porto de pesca de Almofala, contando em 1969 com o dobro das embarcações existentes na Pequena Almofala. Tal fenômeno foi condicionado pela vantagem oferecida pela nova barra do rio Aracati-Mirim, permitindo às embarcações acesso muito mais fácil e seguro ao porto dos Torrões do que oferecia a barra da Pequena Almofala. Em conseqüência, além de passarem a operar no novo porto vários pescadores da Pequena Almofala, vieram outros de comunidades vizinhas ou mesmo distantes (Mundaú, Sabiaguaba, Baleia, Pernambucozinho, Freicheiras etc.), lá fixando-se. Ademais, a pesca de curral da Pequena Almofala se havia entrementes recuperado parcialmente das crises anteriores, inibindo com sua influência o desenvolvimento da pesca de linha — fenômeno observado pelos próprios habitantes: — “O que tá fazendo a pesca de linha declinar aqui crelo que são os

currais. É o vício dos currais. Nos lugares que têm curral, sempre ele atrapalha a pesca de linha. No lugar que não tem, o pessoal tem que ir pra fora pescar e uns metem fogo nos outros."

b) O Complexo "Embarcação" mais implementos de fisgar o peixe.

Para a pesca de linha são necessários dois conjuntos tecnológicos: o complexo "embarcação" mais o feixe de implementos ligados diretamente à atividade de fisgar o peixe; as normas de uso desses elementos, de acordo com certos valores e com circunstâncias geográficas e ecológicas. Nesse item veremos o primeiro conjunto.

A embarcação, construída de madeira e propulsionada à vela, é o instrumento mais importante, por transportar os pescadores ao local da pescaria e lhes servir de base física para a atividade. Existem vários tipos classificados pela população de acordo com o modo de construção, o tamanho e as finalidades de cada um.

Classificação das Embarcações

Finalidade e tamanho

		A	B	C
Modo de Construção	1. Forma chata, feita de paus roliços	<i>Grande</i>	<i>Média</i>	<i>Pequena</i>
		Para pesca de fora	Para pesca de fora e de terra *	Para pesca de terra
	2. Forma cava, feita de tábuas	Jangada		Paquete
		Bote	Canoa	Bateira

(* Também utilizada para a pesca de curral e de redes)

As diferenças fundamentais entre as embarcações do primeiro e segundo grupos são:

1.º GRUPO

- a) tem forma chata
- b) é feita de seis paus roliços denominados "mimburas", "bordos" e "meios"
1 e 6 — mimburas
2 e 5 — bordos
3 e 4 — meios
- c) proa apenas 1/3 mais estreita que o meio
- d) sistema de governo: enfla-se o remo no "governo" (um entalhe feito entre os meios e os bordos), e para se dar direção levanta-se ou se baixa o remo. Na "refrega", baixa-se; quando não há vento, levanta-se.
- e) o mastro muda de lugar: é enfiado em dois furos diversos conforme a direção do vento.
- f) os implementos de pesca são pendurados sobre "espeques" (paus enfiados nos bordos, com uma forquilha introduzida ao meio, à frente do banco de proa).

2.º GRUPO

- a) tem forma oca ou cava
- b) é feita de tábuas
- c) proa estreita mais de 2/3 em relação
- d) sistema de governo: usa-se um leme o qual se vira para um lado e outro, conforme a direção desejada.
- e) o mastro fica fixo num ponto só. Muda-se apenas a posição da vela conforme a direção do vento.
- f) os implementos de pesca são colocados no próprio bojo da embarcação pois se encontram aí suficientemente protegidos.

As diferenças entre os tipos A, B e C são: a jangada mede acima de 21 palmos de comprimento: serve a pescarias em alto mar; é construída de madeira inteiriça da árvore "piúba" (*apeiba tuberton*), importada do Norte do País, e custa ao redor de Cr\$ 600,00. O paquete mede abaixo de 21 palmos; destina-se exclusivamente a pescarias próximas; é construído da raiz da "timbaúba" ou dos troncos do "mulungu", ambas essas árvores encontráveis na região a 4 ou 5 léguas rumo ao Interior, na ribeira do Rio Mirim; custa ao redor de Cr\$ 60,00.

As diferenças entre o bote, a canoa e a bateira são de igual modo de tamanho, finalidade e preço. O primeiro mede acima de 40 palmos, custa ao redor de Cr\$ 2.300,00, e se destina quase exclusivamente a pescaria em alto mar. A canoa mede acima de 30 palmos e abaixo de 40, destina-se a pescaria em qualquer ponto do mar e custa ao redor de Cr\$ 1.100,00. A bateira serve apenas à pesca próxima, sendo considerados temerários os pescadores que com ela viajam para alto mar, mede abaixo de 30 palmos e custa aproximadamente Cr\$ 200,00. Esses tipos se subdividem ainda nos seguintes subtipos:

a) quanto à abertura ou cobertura do bojo da embarcação:

I. Embarcação “convés fechado”: aquela em que o bojo é coberto em toda extensão da canoa, havendo em baixo o “porão” e em cima o “convés” completo, comunicando-se entre si pela escotilha.

II. A “meio-convés”: aquela que dispõe apenas de meio-convés e de meio-porão, ficando livre a outra metade do bojo.

III. A “boca-aberta”: aquela que é totalmente descoberta.

O bote só pode ser “convés fechado” ou “meio-convés”, enquanto a canoa e a bateira podem ser de qualquer dos três subtipos. Entretanto, as do 3.º subtipo são utilizadas quase exclusivamente para as pescas dos currais ou pescarias de linha muito próximas e nunca para a pesca de linha “dormida” (em que se passa mais de um dia, tendo que pernoitar).

b) quanto à sua constituição:

I. A “pé-de-caverna”: tem menor abertura de “boca” sendo portanto mais estreita, apresentando uma proa mais alongada e mais fina. Em consequência, nas ondas altas, galeia menos, “vai cortando e amortecendo o balanço”. É considerada pelos pescadores mais leve, mais ligeira, porém menos segura. A maioria dos botes é “pé-de-caverna”.

II. A “fundo-de-prato”: tem a boca mais larga, a proa menos alongada. Não tem quilha. No mar agitado galeia mais. “Ela cai de cama nas águas.” É considerada menos rápida, mas mais segura em alto mar, características que a faz ser indicada na região como boa para contrabandos (1).

(1) Houve uma época em que, na região, em lugares próximos a Almofala, o contrabando era muito realizado.

Além da embarcação propriamente dita há ainda os apetrechos acessórios utilizados na comunidade e na região que permitem o seu uso como "complexo" de pesca. São os "arreios" da embarcação. (2)

Em Almofala e na maioria das comunidades pesqueiras do norte do Ceará, o tipo de embarcação mais usada é a canoa, seguida das jangadas, dos paquetes e dos botes. Os botes e as canoas são construídos num dos dois portos (da Pequena Almofala e dos Torrões) por um dos dois carpinteiros construtores de embarcação. As jangadas não são construídas lá, sendo compradas feitas de outros lugares ou trazidas por pescadores que para lá se transferem. Os paquetes são feitos lá, havendo maior número de pessoas — os próprios pescadores — capazes de confeccioná-los, em virtude de sua simplicidade.

Quando alguém quer mandar construir uma embarcação, o primeiro passo é a celebração do contrato com um dos carpinteiros. Vão ambos ao distrito-sede de Acaraú e, na Mesa de Rendas local, assinam o contrato na presença de duas testemunhas e do agente fiscal de

(2) Esses "arreios" são:

- a) a poita — corda grossa de 150 braças de comprimento para fundear a embarcação.
- b) o toaçu — o peso para fundear, sempre uma grande pedra ou fatecha amarrada à poita.
- c) a vela — feita de fazenda de algodão.
- d) o mastro — construído de pereiro ou pitiá, com mais de 30 palmos, dependendo do tamanho da embarcação.
- e) a tranca de vela — peça de madeira para abrir a vela.
- f) a escôta — cabo que se amarra do mastro para dentro da embarcação a fim de segurar a vela.
- g) os "envergues" — cabos amarrados do mastro à verga a fim de manter o pano aberto.

Ao lado dos "arreios" da embarcação há os "arreios" de pesca, o conjunto de implementos diretamente jungidos à atividade de fisgar o peixe:

- a) anzóis de aço, identificados pelo número do tamanho, variando do n.º 20 (o menor de todos) ao n.º 1 (o maior).
- b) Linha de nylon cuja espessura varia do n.º 120 (a maior) ao n.º 30 (a menor), variando essas especificações de acordo com a ordem das dezenas e não das unidades.
- c) a chumbada — quantidade de chumbo colocado na linha, um pouco acima do anzol para fazê-lo submergir.
- d) a saçanga — linha de nylon de 150 a 200 braças de comprimento, com um chumbo na ponta, tendo a finalidade de medir as profundidades do mar, constituindo-se no principal objeto de orientação.
- e) o espinhéu — instrumento feito com uma linha de nylon n.º 40 ou 50 com a 10 a 12 pequenos anzóis (n.º 15), distantes duas polegadas uns dos outros e sem isca, a fim de captar pequenos peixes para isca, especialmente a sardinha.
- f) a goiçama — uma linha n.º 40 com um anzol (15 a 18), fixada numa bóia de isopor ou raiz de timbaúba, a fim de captar a agulha para isca.

rendas, os quais apõem também sua assinatura ao documento. (3) Há casos em que o contrato é realizado apenas oralmente entre as partes, não havendo necessidade de sua ida a Acaraú. Mas, num e noutra casos, são obrigados a registrar a embarcação depois de pronta na Repartição referida, embora na prática ocorram omissões.

Tomando-se como base uma canoa de 35 palmos de comprimento por 10 palmos de "boca" (geralmente os tamanhos mais procurados são 30 a 35 palmos) (4), o custo total da construção monta a cerca de Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros), quantia discriminada no quadro III abaixo.

g) o "bicheiro" — instrumento feito de um anzol n.º 1 pregado na ponta de um cabo de vassoura. Quando o peixe vem no anzol, os pescadores "embicheiram-no", a fim de que não escape.

Os anzóis, as linhas de nylon, o chumbo são importados de Fortaleza, através de comerciantes revendedores ou através da encomenda de pescadores a pessoas que para lá viajam. A linha de nylon foi introduzida a partir de 1960, sendo até então utilizadas linhas de algodão, importadas de Sobral.

(3) Exemplo de um contrato desse tipo:

CONTRATO

"Contrato, que entre si fazem: ANTÔNIO GERALDO ALVES, brasileiro, casado, armador de pesca, residente em Almofala, município de Acaraú, neste Estado do Ceará, e ALFREDO PIRES, carpinteiro naval registrado na Capitania dos Portos do Ceará, sob n.º 11.502, para a construção de um barco de pesca com madeira de primeira ordem, como abaixo se descrevem:

1.º — Alfredo Pires obriga-se a construir um barco de pesca com as seguintes características:

Comprimento, 10,25 metros; Boca, 3,00m; Pontal, 1,00m; Contorno, 4,00m.

2.º — O valor da construção do referido barco é de Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) e obriga-se a entregar no prazo de 4 (quatro) meses.

3.º — O contratante Antônio Geraldo Alves obriga-se a fazer o pagamento em parcelas pelos serviços feitos e o pagamento do saldo será efetuado logo após o recebimento do referido barco, que para firmeza do referido contrato, assinam com as testemunhas presenciais.

Acaraú, 22 de agosto de 1966.

Alfredo Pires

Antônio Geraldo Alves

Testemunhas:

Visto:

Agente fiscal de rendas

(4) Tomamos como exemplo a canoa pelo fato de ser a embarcação mais comum e mais utilizada na comunidade.

Q U A D R O I I I

Despesas com a construção de uma canoa de 35 palmos

I. MATERIAL:		
90 metros de madeira (para 32 jogos de caverna) a	Cr\$ 0,04	Cr\$ 3,60
4 tábuas de louro ou pau-branco a	Cr\$ 10,00	Cr\$ 40,00
6 dúzias de tábuas de louro ou pau-branco a	Cr\$ 80,00	Cr\$ 480,00
15 kg. de pregos de 2,5 e 3 polegadas a	Cr\$ 3,00	Cr\$ 45,00
16 kg. de ferro a	Cr\$ 3,00	Cr\$ 48,00
15 kg. de estopa para calafetagem a	Cr\$ 3,00	Cr\$ 45,00
1 saco de supercal a	Cr\$ 2,50	Cr\$ 2,50
2 litros de óleo a	Cr\$ 0,50	Cr\$ 1,00
5 kg. de piche a	Cr\$ 0,50	Cr\$ 2,50
1 galão de tinta a	Cr\$ 70,00	Cr\$ 70,00
50 kg. de cabo para a poita a	Cr\$ 1,50	Cr\$ 75,00
4 peças de fazenda de algodão para a vela (20 metros) a	Cr\$ 20,00	Cr\$ 80,00
T O T A L		Cr\$ 892,60
II. MÃO-DE-OBRA (*)		Cr\$ 300,00
T O T A L G E R A L		Cr\$ 1.192,60

(*) Aí está registrado o preço mínimo da mão-de-obra. Na realidade a mão-de-obra pode oscilar entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 400,00. Esses são os preços dos anos de 1966 e 1967.

O material de construção é providenciado em regra pelo construtor da canoa, mas, se o proprietário tiver muita pressa, cuida ele mesmo da aquisição desse material, entregando-o ao construtor.

Reunido o material, inicia o carpinteiro o feito da embarcação. Seu trabalho se desenrola ao ar livre, defronte à própria casa, à beira-mar, sob um latada de palha de coqueiro, onde demora sempre algum barco à espera de conserto.

Lavra em primeiro lugar o jogo central de cavernas, que mede 3 braças de uma extremidade a outra e fica no meio da embarcação, determinando o ponto mais largo de sua "boca". A partir dessas cavernas centrais prepara as restantes para a frente e para trás, tornando-se as cavernas cada vez menores à medida que se aproximam da popa e proa da embarcação. Prepara depois a quilha, peça onde são fiadas as cavernas e que se estende longitudinalmente na base da embarcação, delimitando-lhe o comprimento. Nela serão distribuídas as cavernas. Prepara então as "falças", bordas da canoa onde serão pregadas as "cabeças" (extremidades superiores) das cavernas, ficando 75 cm. de "pontal", isto é, a altura das cavernas.

Prontas essas peças, bem como as da popa e da proa, passa a compô-las, emergindo então o esqueleto da embarcação em que as cavernas lembram as costelas e a quilha a espinha dorsal de um corpo. Finda a armação, o construtor prepara a "labaça" — peça através da qual se fixa um braço de caverna no outro, unindo assim o jogo de cavernas e garantindo a estabilidade da canoa; prepara as "escoas" — peças de madeira que interligam e mantêm firmes as cavernas pela face inferior, por dentro e ao longo da canoa; os "dormentes" — peças semelhante às escoas, sendo, porém, colocadas pela parte superior. Prega em seguida na quilha, do lado da popa, o "cadarço", peça que tem o objetivo de receber e segurar o leme. Faz, na parte central da embarcação, em baixo das cavernas, a "bueira", cavidade onde se junta a água que incide na canoa para ser escoada facilmente com uma cuia.

Principia então a terceira etapa: após emborcar a canoa, procede ao entabuamento, prepara e introduz a seguir as "fasquias" — fragmentos delgados e longos de madeira — a fim de obstruir as fendas remanescentes entre uma tábua e outra. Efetua depois a calafetagem, iniciando com a intromissão de estopa nas fendas das fasquias, comprimindo-a com o auxílio de uma espécie de formão, a marteladas. Emassa as fasquias, utilizando a mistura de supercal com óleo. Concluído o trabalho, besunta toda a canoa com piche, breu ou tinta, conforme a preferência do dono. Secado o piche ou a substância correspondente, desemborca a canoa e principia, obedecendo a medidas proporcionais ao tamanho da canoa, a confecção do leme, cujas partes são: a "sala de leme", feita de madeira, a qual fica dentro d'água e garante o governo; a "cana de leme", peça comprida que sustenta e une a sala de leme à parte interna da embarcação e através da qual o canoiero a dirige; e, pregada na popa, a "madre de leme", peça com uma cavidade em que se acopla a cana de leme. Apronta então a sobrequilha, peça perpassando a canoa de popa a proa por sobre as cavernas para prendê-las e conferir maior segurança. Por fim, faz a "carninga", peça que recebe o "pé do mastro", colocada abaixo do banco, na terça parte da canoa.

c) *O Universo Náutico: sistema de normas e representações ligadas à pesca de linha*

O conjunto de conhecimentos de certos fatores geográficos e ecológicos, bem como, jungidas ao mesmo, as normas de uso do complexo "embarcação" e algumas representações ligadas à atividade pesqueira constituem um dos aspectos mais importantes da tecnologia de pesca na comunidade e na região. Como na técnica de curral, aqui também

todo o acervo teórico local foi montado paulatinamente sobre experiências recorrentes de gerações sucessivas de habitantes nativos ou imigrados.

1. *Os pontos de pesca*

A classificação mais geral de locais de pesca no mar, feita pelos habitantes e tendo como critério a profundidade é: “mar de terra” e “mar de fora”. O “mar de terra” inclui uma faixa que alcança até a linha onde se perde de vista a terra, atingindo oito braças de fundura. O “mar de fora” principia desse ponto em diante para dentro do mar.

Essa classificação é condicionada de um lado pela familiaridade dos pescadores com o litoral — a ponto de qualquer um, ao ouvir a expressão “mar de terra”, se representar mentalmente de modo imediato e nítido a faixa por ela definida juntamente com suas características mais importantes — tipo de solo e vegetação submarinhos, espécies de peixes encontráveis, as várias profundidades etc. — de outro, e principalmente, pela limitação tecnológica dos implementos de pesca e, em função dela, pelo fator físico “vento”, o que oferece implicações sociológicas relevantes. O vento, dado o nível tecnológico, impede um grupo de pescadores de deslocar-se a alto mar durante certas épocas do ano (4 a cinco meses), enquanto outro grupo é privado dessa possibilidade o ano inteiro tanto em consequência do vento como em virtude da falta de segurança mínima para penetrar a distâncias mais consideráveis no oceano. No último caso, temos os pescadores de paquetes e bateiras que durante todo o ano são obrigados a efetivar apenas “pescarias de terra”; e, no primeiro caso, os pescadores de botes, canoas e jangadas, os quais operam de preferência no “mar de fora” mas que nos “meses de inverno”, isto é, na estação chuvosa — fevereiro, março, abril — por causa das calmarias e das chuvas abundantes ou por causa da elevada variação dos ventos, e nos meses de agosto e setembro, em virtude da violência das tempestades, se vêem compelidos a permanecer quando muito apenas no “mar de terra”.

Registra-se assim uma associação entre o “mar de terra” e os pescadores e donos de paquetes e bateiras; e o “mar de fora” e os pescadores e donos de botes, jangadas e canoas. O mar de fora oferece maior abundância de peixes de espécies várias, sendo grande a chance de os pescadores obterem relativamente alta produção, especialmente de peixes destinados ao comércio. O mar de terra, ao contrário, é mais escasso e a produção nele auferida se reduz quase exclusivamente à subsistência. Talvez em consequência, o prestígio dos donos de paquete e bateira é muito inferior ao dos donos de bote, jangada e canoa. — “Eu num dou valor à pescaria de terra, porque é uma pesca muito escassa. É uma pescadinha, um corozinho etc. Se hoje tem um bocado

de peixe, amanhã não tem mais. Mas lá fora, não: todo tempo tem peixe. Todo mundo carrega e não falta.”

A 2.^a classificação geral utilizada pelos pescadores, esta para indicar a posição a leste ou a oeste de sua comunidade, é “mar de cima” (ou “mar de riba”) e “mar de baixo” (a oeste). Quando necessitar particularizar e precisar mais a posição, lançam mão dos nomes de lugares situados na confrontação dos locais de pesca, estendendo e aplicando esses nomes ao mar correspondente. Por exemplo: mar das Moitas, mar dos Patos etc. Assim, se alguém indagar a um pescador que vai chegando à Terra, onde esteve pescando, ele pode responder: “estive pra baixo, no mar do Serrote” ou “estive pra cima, no mar de Pernambuquinho” etc.

A essas classificações de ordem geral acresce outra de caráter mais específico e particular abrangendo *pontos de pesca* propriamente ditos. Os pescadores delimitam mentalmente a área marítima em zonas mais ou menos paralelas, estendidas de leste a oeste e identificadas na prática pela profundidade em braças, medidas com o auxílio da saçanga (5). Denominam essas zonas de “pontas d’água” (6). Segundo a figura 1 anexa, temos inicialmente a “ponta d’água” de 2 braças, também denominada “pescaria de chão”, distante cerca de 3 a 4 km da orla marítima (7). Nela o ponto de pesca mais importante são os “tocos”, local onde se situam muitos tocos velhos de currais antigos em fileira a leste da existente hoje. Os peixes mais pegados aí são a agulha, o ariacó, o barbudo, a biquara, o cangulo, a cioba, o coró, a palombeta, a pescada, a sardinha. A maioria desses peixes são pegados com anzóis n.º 13 a 11 com uma linha de nylon n.º 60 a 80. É usado para a sardinha e a palombeta também o espinhéu e a goiçama (8). Essa zona ou ponta d’água tem uma largura de mais ou menos dois quilômetros. Depois vem a zona de 5 braças, que inicia a uns 6 quilô-

-
- (5) No item (b) deste capítulo há a explicação do termo “saçanga”.
- (6) É classificação considerada extremamente útil por servir como uma das coordenadas para a indicação do local onde se encontram em mar.
- (7) As larguras das zonas e suas distâncias para a terra são difíceis de ser determinadas. Interessando-se pouco por essas medidas, e mais pela profundidade e o tempo que levam para cobrir a distância em vento razoável, os pescadores não têm o hábito de calculá-las em medidas de extensão. Por isso, registram-se diferenças nos cálculos de pescadores diferentes, relativos à mesma distância. Apesar disso, colocamos a distância aproximada, levando em consideração uma média de informações e impressões dos pescadores bem como nossa própria impressão.
- (8) *Espinhéu*: instrumento feito com uma linha de nylon n.º 40 ou 50 com 10 a 12 pequenos anzóis (n.º 15), distantes duas polegadas uns dos outros e sem isca, a fim de captar pequenos peixes para isca, especialmente a sardinha. *Goiçama*: uma linha n.º 40 com um anzol (15 a 18) fixada numa bóia de isopor ou raiz de timbaúba, a fim de captar *agulha* para isca.

metros da costa e onde se situam 2 pontos tradicionais: os "cascalhos" e as "balizas". Nos cascalhos — assim chamados, segundo os pescadores, por causa das pedras ou cascalhos no chão do mar, que atraem os peixes — se pescam: a cavala, serra, cação, bagre, bicuda, enxova, garajuba, coró-burro, ubarana, moréia, bem como a maioria dos pegados nos tocos. A linha e os anzóis utilizados para o peixe miúdo são os mesmos já referidos para os "tocos". Para a cavala, a serra e outros peixes grandes, é a linha n.º 100 a 120 e os anzóis de n.º 4 a 9. Os pontos das "balizas" se denominam assim pelo fato de serem balizados com bóias de isopor pelos pescadores. Eles próprios construíram os pontos, levando em canoas, pilhas de madeira dos mangues e colocando-as aos montes no fundo do mar em partes várias dessa zona de cinco braças, distantes umas das outras ao redor de um quilômetro. Nessa madeira aderem as ostias, encosta-se o peixe pequeno, aliciando os peixes grandes. Aí se pescam as mesmas espécies referidas para os cascalhos. Um pouco mais além, na zona de 6-7 braças, encontra-se a "restinga" — restinga porque tem muitos cabecinhos de capim — onde os peixes mais comuns são a cavala, a serra, o bagre, a ubarana boca-de-rato e principalmente a aruanã. Segundo os pescadores, é onde mais vive a aruanã, "ela gosta de se encontrar nas malhas de capim que tem aqui e acolá na restinga, e de comer aí".

Em seguida, vem a "Risca", chamada assim na opinião de uns por ser o último ponto onde se avista a terra, na opinião de outros por se encontrar aí uma fileira de pedras onde demora o peixe. Dista cerca de 20 a 25 quilômetros da costa e serve ao mesmo tempo de linha divisória entre o "mar-de-terra" e o "mar-de-fora". Até aqui os pescadores, ao se referirem aos locais de pesca, ao invés de aludirem à zona, aludem sempre aos pontos determinados dentro das zonas — Tocos, Balizas, Restinga, Cascalhos etc. — mas além daqui se referem sempre à própria zona ou "ponta d'água", porque não há mais pontos de pesca marcados. Predominam aí a cavala e a serra nas águas claras, e, nas águas turvas, o cação e o ariacó. Em baixo, encontram-se os peixes para isca: cangulo, guaiuba, biquara.

A zona de 9 braças a 15 é considerada muito ruim de se pescar "porque é tudo liso, só tem areia em baixo, e por isso mesmo é muito difícil encontrar um cabeça que preste" (cabeço = cardume, bem como o ponto em que se localiza). Aí só se encontram mais a traíra e a "sôia". Em virtude dessa escassez, os pescadores costumam pular da "Risca" para as 16 e 17 braças de terra.

Denominam-se "16 e 17 braças de terra", porque existem também as "16 e 17 braças de mar", pois logo após as 17 de terra há uma depressão que atinge até 22 braças para em seguida retornar à profundidade anterior, as 16 e 17 braças (havendo pontos de até 10 braças logo após o "canal"). Nessas pontas d'água, as principais espécies cap-

TERRA

MAR

MAR DE CA'

MAR DE TERRA

MAR DE FORA

(Pescaria de terra) - (Pontos d'agua de terra) (Pescaria de fora) - (Pontos d'agua de fora)

MAR DE LA'

- ACARAÚ
- MAR DO ACARAÚ
- CACIMBAS
- BOQUEIRÃO
- ARPUEIRAS
- IMBURANA
- ILHA DOS CAVALOS
- ILHA DOS COQUEIROS
- ILHA DO RATO
- ESPRAIADO
- OSTRAS
- VOLTA DO RIO
- ITAPAGÉ
- GRAJIRÚ

BEIRA-MAR

ALMOFALA

- PATOS
- ICARAÍ
- SABIAGUABA
- MUNDAÚ
- FREICHEIRAS

MAR DE BAIXO

MAR DE CIMA (Oude riba)

28 BRASÇAS (PESCARIA DO CHÃO)

5 BRASÇAS

6 BRASÇAS

8 BRASÇAS

9 ALC BRASÇAS

16 e 17 BRASÇAS DE MAR

21 BRASÇAS

23 BRASÇAS

29 BRASÇAS

31 BRASÇAS

35 BRASÇAS

39 BRASÇAS

43 BRASÇAS

60 BRASÇAS

BANCO

PAREDE

PEDRA DAS CAVALAS

AQUI SE PERDE DE VISTA A TERRA

EMUITO LISO "O CHÃO NÃO TEM NADA QUE ATRAIA O PEIXE" - NÃO SE PESCVA AQUI.

"CANAL" - FUNDUURA DE 22 BRASÇAS APROX. - NÃO SE PESCVA AQUI.

RESTINGA

CASALINHOS

BAUISAS

TÓCAS

FILIZIA DE PEDRAS



turadas são a cavala, o cação, o tubarão, serra, pargo, garoupa, mero, cioba, sirigado, biquara, cangulo, ariacó, gualúba, pirarema, dentão, caranha.

Depois vêm as pontas d'água de 21, 27, 29, 31, 35, 39 e 45 braças com as mesmas espécies já citadas para as 17, só que, segundo os pescadores, quanto mais longe, melhor, "porque a quantidade de peixe é maior e por lá anda menos gente". Até a ponta de 45 uma embarcação média (uma canoa) com vento favorável tira em 10, 12 horas — partem em torno de 6, 7 horas da manhã, e atingem por volta das 6 da tarde a zona referida. O regresso contudo — soprando o mesmo vento, que passa então a ser desfavorável — demora um dia e meio.

Raramente os pescadores transpõem essa faixa, deslocando-se até as 60 braças. E só nos casos em que, em virtude de mudanças contínuas na direção dos ventos se desorientam, é que penetram mais ainda, involuntariamente, porém. Esses relatam então aos outros suas experiências que passam a compor o acervo de conhecimentos do mar. Segundo tais conhecimentos existe o "mar de cá" e o "mar de lá", que aliás constitui a classificação mais abrangente de mar na comunidade, mais ampla do que a primeira, de pontos de pesca, citada acima (mar de terra e mar de fora); só que aqui não se trata propriamente de classificação de pontos de pesca, mas de pontos de mão-pontos e pesca, isto é, aqui se indica onde termina o mar para os pescadores. Para além desse limite é proibido pescar pois se corre o risco de não poder transpor o caminho de regresso. Em termos do quadro de atividades rotineiras da pesca, essa classificação tem pouca aplicação prática, já que seu uso não é tão significativo e importante para a captura de peixes; sua importância e sua significação efluem ao que parece muito mais da necessidade talvez inerente ao próprio ser humano de organizar, interpretar e compreender as coisas ao redor, mesmo quando para tanto tenham que lançar mão da mistura de elementos mitológicos como é o caso na classificação em foco: "mar de cá" e "mar de lá". O que significa ela? — Quando no mar está nublado o tempo, uma das técnicas de orientação dos pescadores é verificar a direção da onda que "dá sempre para a terra, mesmo em mar alto". Alguns pescadores que têm transposto a faixa de 60 braças indo até os chamados "bancos" (seis dias de viagem) verificaram que, a partir de determinada linha, as ondas trocam de direção, "e não jogam mais pra terra mas pro outro lado do mar"; que transpor essa linha é excessivamente perigoso, pois aí os dois mares se batem e "vira qualquer embarcação". "É o local onde se emendam as águas, as do mar de cá e as do mar de lá". — "Os meninos do Pedro de Barro me falaram qui lá fora, dos bancos pra fora, da parede pra fora, a onda do mar bate pra lá já. Porque até pra lá eles já andaram. Eles se ariaram e começaram a entrar, pensando qui tavam vindo pra terra; quando chegaram adlan-

te, tava o mar batendo um com o outro todo tempo; aí atravessaram ele mas quase num atravessam; aí foi que um dichí assim: 'rapaz nós vamo passando pro outro lado, nós num vamo pra terra não'; aí foi qui voltaram; aí quase num passavam mais onde o mar tava se batendo com o outro mar. Lá vira qualquer embarcação, até embarcação grande vira. Eu vejo dizer desses pescadores mais acostumados qui isso é a emenda da água. A emenda d'água de um mar pro outro, do mar de cá pro mar de lá."

2. Os Ventos

Sendo à vela as embarcações, e portanto propulsionadas à força eólica, é indispensável aos pescadores um bom grau de familiaridade com esse fenômeno, o qual determinará inclusive a maior ou menor intensidade de trabalho pesqueiro ao longo do ciclo anual.

Os pescadores sabem determinar com relativa precisão a direção dos ventos. Consideram durante o ano mais propícios aos ventos "leste" e "nordeste" (ventos do quadrante E) chamados assim pelos pescadores ou também pelo termo "largo" ("o largo está soprando"). Em seguida, os ventos "sul" ou "sueste" (ventos do quadrante S) também chamado "o terral". Os mais "desfavoráveis" e por eles temidos são os ventos "noroeste", "norte" e "sudoeste". (9).

Para efeito de conhecimento e de expectativas do predomínio deste ou daquele vento, há uma associação entre eles e o "inverno" e o "verão" (meses de chuva e meses de estio, respectivamente).

Na maior parte do "verão" — nos meses de setembro (fim), outubro, novembro e dezembro, e às vezes em janeiro — sopra o nordeste, o "largo", com mais constância, permitindo aos pescadores penetrarem com tranqüillidade o máximo mar adentro e atingirem a curva mais alta de intensidade em suas pescarias.

A prala e o mar próximos são atingidos nessa época diurnamente, de modo alternado, pelo nordeste e pelo sul ou sueste ("terral"): o "sueste" principia à noite e sopra até mais ou menos às nove horas da manhã, passando em seguida a dominar o nordeste durante todo o dia. "O terral fica soprando até 9 horas do dia; aí vem outro e brigam até o 'largo' tomar de conta do trabalho dele de novo; até que o terral vem novamente de noite". Ou: "às vezes cai um terralzinho mas não entra muito não, vai só bem ali; o nordeste não deixa ele entrar".

O "inverno" se caracteriza pela alternância dos dias de calmarias ("é o tempo de calmeirão!") e dos dias com variações bruscas de vento, de tal modo que os pescadores se desorientam no mar. Isso, somado

(9) Um pouco mais adiante apontamos o motivo disso.

ao perigo das precipitações pluviais para as canoas, faz com que as suas atividades decaiam consideravelmente, sobretudo nos meses de fevereiro, março e abril, quando as chuvas atingem a maior intensidade e se registra o maior índice durante o ano inteiro de variações direcionais dos ventos. Ora sopra o nordeste que se reveza inesperadamente com o noroeste; ora sopra o sudeste que de súbito cede lugar ao “norte”, causando aos pescadores uma confusão desnorteadora. É a época do ano em que mais freqüentes vezes aparecem os ventos sudoeste, norte e noroeste, reputados o assombro dos pescadores.

Maio e junho, fins da época chuvosa, já não apresentam calmarias e já tem diminuído sensivelmente a “mistura” dos ventos, sendo freqüentes o de quadrante nordeste e o sudeste. É considerada boa época graças à flexibilidade maior que podem ter os pescadores e ao aparecimento abundante de cavalas, serras e sardinhas.

Julho e agosto são considerados os piores meses do ano em virtude das tempestades. Registra-se o predomínio dos ventos do quadrante S, especialmente sudoeste, a violência das tormentas atinge o ponto máximo (coincidindo com a curva mais baixa de atividades dos pescadores), para cair em setembro, mês intermediário entre a época de tormenta e a época da “grande safra” (outubro, novembro, dezembro). Janeiro é mês de transição entre a grande safra e o “inverno”, podendo ser por isso mesmo “bom” ou “ruim”, conforme as circunstâncias de cada ano).

Em conseqüência do que expusemos, as categorias “inverno” e “verão” para os pescadores em tempo integral (os que têm como atividade única a pesca) se revestem de significação muito menos relevante do que no “sertão”: aqui o “inverno” é sempre bom, sempre desejável, sempre bem-vindo e sua falta se traduz no terror dos sertanejos; o “verão” é menos apreciado do que o inverno e de modo geral os sertanejos criadores ou cultivadores o vêem em função do *inverno* — do inverno passado, ocupados com a safra dele resultante, e do futuro, dados à lide de preparação dos campos, como vimos na parte relativa à organização agrícola. No mar as categorias “inverno” e “verão” assumem relevância precipuamente enquanto são associados aos critérios identificadores de elementos que ajudam ou estorvam as pescarias: ambas apresentam na concepção dos pescadores parcelas de tempos positivos e negativos. Em ambas as estações os pescadores são inibidos temporariamente na intensidade de seu labor no mar (tempestades e calmarias) mas também em ambas são agraciados com safras abundantes de peixes, e a ameaça de falta de “inverno” não assombram a nenhum pescador. (10)

(10) Muitos chegam mesmo a opinar que nas “secas” acham melhor porque seu produto aumenta de valor.

3. A Orientação no Mar

As três técnicas principais de orientação no "mar de fora" são os astros, a direção das ondas e a saçanga. Quanto aos primeiros, durante o dia, dirige-os a posição do sol e à noite a do Cruzeiro do Sul. Todos consideram essa constelação como um dos meios mais seguros de orientação. — "É só encofrontar a proa da embarcação bem em riba do Cruzeiro do Sul e daquelas Manchas do Sul, que ela vai bater em cima (da Terra)". — Quando, porém, está nublado o tempo, têm que valer-se de outros recursos. O primeiro deles é a direção das ondas que, segundo os pescadores, se movimentam sempre rumo à Terra. O segundo é a saçanga (11) que na realidade constitui na opinião de todos o mais seguro meio orientador na região. Com ele vai o pescador tomando de trecho em trecho a medida da profundidade do mar, podendo concluir então a que lado deve dirigir-se.

Esses recursos evidentemente não lhes conferem a capacidade de atingir com precisão um ponto determinado pois lhes fornecem apenas uma dimensão: no caso especial de Almofala, dada a disposição geográfica do litoral cearense, a dimensão "Norte-Sul", ou em outras palavras, com eles os pescadores são capazes apenas de sair do mar e atingir a Terra, sem todavia dominarem a outra dimensão, a "leste-oeste", para alcançar exatamente o ponto colimado em Terra. Para tanto recorrem à sua experiência e familiaridade com o litoral de toda a região combinadas com uma certa medida intuitiva do tempo de viagem. Sua familiaridade com os contornos do litoral da região é tanta que são capazes de reconhecer ao longe, ainda da risca, não apenas Almofala, mas as outras vilas vizinhas a leste ou oeste, pela simples silhueta oferecida e seus elementos característicos.

Para a busca de locais de pesca no "mar de terra" utilizam-se de pontos de referência em Terra: coqueiros e dunas, por exemplo. Chamam a isso "balizar a terra" ou fazer um "caminho no mar". Trata-se sempre do arranjo de dois conjuntos em Terra (um coqueiro com uma duna; um coqueiro com outro coqueiro; um coqueiro com um coqueiro etc.) de modo tal que formam ângulos coincidentes com os "pontos-de-pesca", sendo o mais preferido pela facilidade de sua identificação o ângulo de 180° (conjuntos emparelhados).

Para exemplificar essas técnicas de orientação, suponhamos a hipótese de uma canoa sair de Almofala com o intuito de alcançar a "pedra das cavalas". (12) Navega até uns dois quilômetros da orla,

(11) Vide significado no item (b) deste capítulo.

(12) Trata-se de um ponto de pesca na ponta de 27 braças, no "mar do Acaraú, muito freqüentada nos anos de 1967 e 68 pelos pescadores de toda região, e até pelos 'motorizados' de Fortaleza. Um dos maiores cabeços" de peixe já descobertos pelos pescadores, havendo dia de se reunirem lá até 200 embarcações.

direto ao mar, procura então um coqueiro muito elevado conhecido como o "coqueiro do Z. Sales", relacionando-o com um coqueiral sobre uma duna perto da praia. Quando esses dois conjuntos coincidem, formando um ângulo de 180°, o mestre faz a embarcação seguir esse rumo até a "risca". Ao perder de vista os pontos de referência em Terra, ele, observando cuidadosamente as direções, traça então o rumo para a canoa atingir as 27 braças, o que consegue graças ao cálculo aproximado do tempo e pela saçanga. Alcançando aquele limite, declina a embarcação para "baixo" (oeste), e viaja mantendo-a sempre dentro da zona de 27 braças até chegar no "mar do Acaraú", onde se encontra a "pedra".

d) *O uso do complexo "embarcação": os papéis da tripulação e a pesca*

Descritos os modos de adaptação dos pescadores ao ambiente ecológico, vejamos as regras de uso mais gerais e importantes do complexo "embarcação".

As categorias componentes da tripulação se denominam: "mestre", "proeiro" (ou contramestre) e "rebique" ou "meeiro".

Incumbe ao mestre como dever e responsabilidade o governo da embarcação. Como direito, a escolha sobre os pontos de pesca, o dia e a hora de retorno; ordenar aos pescadores a execução de qualquer tarefa necessária, como por exemplo na hora de zarpar o carregamento da canoa com os suprimentos indispensáveis (lenha, vaso d'água potável, sal, a "quimanga" etc.) e, dentro do mar, arrear a vela, derrubar a fateixa ou o toaçu para fundeá-lo; e finalmente tem o direito de pescar na popa da embarcação.

O "proeiro" fica sempre ao lado do mestre e o substitui nas eventualidades. Tem o direito de pescar também na pôpa, ao lado do mestre. Seus deveres específicos são: puxar a poita, molhar o pano da embarcação, derrubar o mastro, servir de sentinela à noite para prevenir contra navegações maiores no mar; embrulhar a vela no momento em que chegam ao local de pesca; "rolar" (cortar em rodela) e lavar o peixe de comer etc.

O rebique se coloca na proa da embarcação, sendo aí também o seu lugar de pesca. Deve tirar a água da canoa, estar com a fateixa ou o toaçu sempre em ponto de arremessar, fazer o fogo e preparar a comida. Se a tripulação se compõe de mais de três pessoas, os outros pescadores não têm uma tarefa específica, ficando juntamente com o rebique na proa e ajudando acessoriamente em qualquer tarefa determinada pelo "mestre". A delimitação dessas funções, porém, existe mais no plano ideal, sendo freqüentemente desrespeitada na prática.

A primeira coisa que os pescadores têm que dominar, além do conhecimento de todos os elementos do conjunto "embarcação", é a técnica de combiná-los para um fim: a viagem ao ponto colimado e a execução da pescaria. É saber "governar" a embarcação. Essa tarefa, como dissemos, incumbe ao "mestre". Este, para governar, tem que, após os preparativos iniciais no porto, pôr o leme no ponto adequado, colocar a vela etc. —, manipular a vela para a direita ou para a esquerda em função da direção do vento. Quando o vento bate do lado direito, coloca-a à esquerda; quando bate no lado esquerdo ou na proa, põe-na do lado direito; sendo o vento totalmente favorável, isto é, batendo de cheio na popa, o pano é posto à vontade em qualquer dos lados. Indo a canoa para leste ou oeste, veleja inicialmente direto mar adentro e só depois que entra bastante é que toma uma das direções. O comando é feito através da manipulação do leme. Se a canoa vai para o leste, por exemplo, (para o "mar de riba") e o vento dominante for o "leste", seu primeiro rumo é reto ao mar, com o pano do lado esquerdo. Atingida certa distância, torce o mestre o leme para tomar rumo leste, mudando então o pano para o lado direito. Nessa viagem ao mar ou no regresso à terra, dirige-se sempre segundo as regras de orientação já referidas.

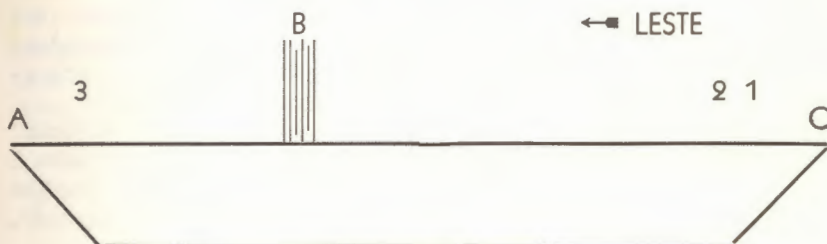
O passo seguinte é a procura de um "cabeço" (um cardume) para fundear a embarcação e iniciarem a pesca. Chegando à zona determinada (ponta 'água de 16 braças, 25 etc.), o "rebique", já atento, arremessa nágua a fateixa ou o toaçu para a canoa perder velocidade e apenas ficar movendo-se lentamente. O mestre joga então uma linha chumbada com dois, três ou quatro anzóis iscados, na tentativa de localizar os cardumes. Se opeixe se anunciar comendo as iscas, experimenta mais duas, três vezes. No caso de reação positiva em todas as vezes, trata-se de um "bom cabeço de peixe". Não encontrando logo algum "cabeço", detêm-se à sua busca com a canoa se movimentando lentamente até acharem. Então arrega o proeiro o mastro, e o rebique faz o toaçu apoiar-se no fundo do mar ficando a canoa firmemente presa. E procedem à pescaria. A canoa fundeada mantém sempre a proa para o nascente e a pôpa para o poente, exceto quando sopram ventos do quadrante O, os quais impelem a popa da canoa para o leste. A posição dos pescadores durante a pesca é a seguinte: todos se postam no "lado do mar" quando a maré é vazante; na maré enchente, o proeiro e o rebique se mudam para o lado de terra. Isso se dá pelo fato de na maré vazante a corrente d'água se dirigir para o lado do mar, enquanto na enchente a corrente se move para a terra. Se os dois pescadores (proeiro e rebique) prosseguissem pescando no lado do mar, suas linhas atrapalharam a linha do mestre e do proeiro, os quais em qualquer circunstância se postam do lado do mar. O mestre fica na popa e ao seu lado o proeiro. Na extremidade da proa, coloca-se

o rebique. Havendo um quarto, permanece no meio, entre a popa e a proa.

Outra técnica importante é a preparação de iscas.

Os peixes mais utilizados para isca são a sardinha, a gualúba, a biquara, a palombeta, o olhão. Deve-se enfiar o anzol de tal modo que não mate logo a isca pois os "peixes só gostam mais de comer isca viva", sendo a cabeça ou sua proximidade o lugar apropriado (excetuando a sardinha "porque é mais fraca e não suportaria") de penetrar o anzol, uma vez que os peixes grandes avançam logo sobre ela. Deve ser introduzido de tal modo que não penetre profundo demais na isca (o que evitaria estrear o peixe vítima) e dê a idéia de que esteja movimentando-se normalmente. Quando são obrigados a utilizar isca morta, a preocupação maior é que dê a impressão de viva, não ficando a rolar ao sabor das águas. Na sardinha o anzol é enfiado na barriga, na parte dura lateral, por ser o dorso lombar muito mole e não se adequar.

CROQUI ESQUEMÁTICO DE UMA CANOA DE PESCA



Convenção: A — Proa; B — Mastro; C — Popa.
1 — Mestre; 2 — Proeiro; 3 — Rebique.

II. Relações de Produção

a) A "embarcação" como unidade sociológica se constitui do proprietário e dos pescadores, havendo dois tipos de proprietários: o que não vai ao mar, eximindo-se do trabalho e apenas auferindo a renda de sua embarcação; nesse tipo incide o maior número em Almofala. Segundo, o proprietário que toma parte da tripulação e é sempre o seu "mestre".

Essa unidade surge através da iniciativa do dono em procurar um mestre para sua embarcação; ou, quando ele próprio é o mestre, em selecionar os pescadores componentes da tripulação.

Escolhido o mestre, assiste-lhe o direito de selecionar sem interferência do dono os outros pescadores da tripulação. Na escolha do mes-

tre, obedece o proprietário sobretudo ao critério de "responsabilidade" do mesmo, isto é, o seu interesse em zelar de modo tal pelo veículo como se fosse próprio, bem como a capacidade em lidar com os demais pescadores sem provocar desavenças. Na escolha dos outros pescadores, o mestre leva em conta duas qualidades: a disposição dos pescadores em aceitarem as ordens do mestre durante o trabalho sem criar dificuldades e a eficiência em capturar o peixe, (13) interferindo muito raramente e circunstancialmente o critério de parentesco nessas seleções.

O tamanho da tripulação é diretamente proporcional ao tamanho da embarcação: são ao todo quatro pescadores para as canoas e jangadas, cinco ou seis para os botes, dois para as bateiras (às vezes três) e apenas um para os paquetes. (14).

A divisão da produção se dá de acordo com os seguintes padrões: se o dono não vai ao mar mas apenas cede a canoa para a pesca, sob o comando do mestre, e se além disso fornece aos pescadores os implementos de pesca (anzóis, linhas e "quimanga") (15), tem direito à metade da produção, cabendo a metade restante aos pescadores. Se nada fornece, cabe ao proprietário apenas 1/3 do produto. Quando o proprietário se inclui também no rol dos pescadores, sua renda obedece à mesma proporção, participando ele, entretanto, também dos 2/3 restantes que cabem aos pescadores. Na opinião da maioria dos pescadores, para eles o melhor padrão é o de o dono fornecer tudo — "porque se for embora uma linha ou um anzol, o azar é do dono!"

A tripulação se classifica no local em tripulação de "linha junta" e de "linha separada". Linha junta, quando a produção de todos é posta num único monte comum para, ao cabo, subtraído o quinhão do dono, ser dividida de modo igual pela tripulação. Linha separada,

-
- (13) Na quase totalidade de entrevistas com "mestres", à pergunta "por que motivo escolheu essa tripulação?", retrucaram: "porque são acostumados, ferram bem o peixe mas principalmente porque dão certo comigo, eu posso mandar eles fazer uma coisa e eles fazem tudo satisfeitos. Dar certo é eles fazerem o que a gente manda quando a gente tá no mar".
- (14) No caso de paquetes, o dono é sempre o operador único, podendo, às vezes, quando não vai ao mar, emprestar a um amigo o seu paquete. Economicamente o paquete serve apenas à exploração de recursos para a subsistência de famílias individuais e isso muitas vezes de modo apenas auxiliar. Socialmente cresce sua importância por ser o mais utilizado instrumento de socialização de pescadores. Os paqueteiros levam consigo sempre um menino, seu filho ou filho de algum amigo ou compadre, por solicitação desses, para irem aprendendo e treinando a pesca.
- (15) *Quimanga*: a comida levada ao mar para o alimento dos pescadores. A quantidade de mantimentos nas embarcações maiores para cinco ou seis dias de permanência em mar é aproximadamente a seguinte: 25 litros de farinha, 3 sacos de sal de 60 quilos para tratar o peixe (quando não levam gelo), 10 a 20 rapaduras, um barril de água potável, fósforos e cigarros, esses para acenderem à noite cascas de coco (por causa do vento e fósforo não serve) para dar sinal às embarcações maiores.

quando cada um pesca para si. Nesse caso, cada pescador marca o seu peixe para identificá-lo posteriormente em terra (16). Antigamente a quase totalidade das tripulações era de linha junta. Na atualidade, inverteu-se a situação: quase todas são de linha separada (17). Segundo nossa hipótese, tal fato ocorreu em virtude da intensificação do capitalismo comercial na região. Alegam os pescadores que o importante é conseguir mais peixe para vender em quantidade maior e ficar com algum excedente para outras necessidades. Em razão disso preferem pescar de linha separada “porque assim uns não se encostam nos outros, e quem trabalhar mais e tiver maior capacidade, obtém mais”.

b) *Relações entre os proprietários e os pescadores*

Convém de início levar em consideração a distinção acima entre proprietários-pescadores e proprietários não-pescadores. Iniciemos pelos últimos. Apontaríamos na unidade “proprietários que não pescam — pescadores” como padrão único a relação diádica, (18) unilinear e vertical. O móvel precípua, talvez único, a induzir os agentes a atarem a relação é, por um lado, o objetivo do proprietário de obter lucros através da relação com o pescador; por outro, o escopo desse em

- (16) O peixe do mestre não tem marca nenhuma. “Quanto aos restantes, cada tripulação convencionou seus próprios sinais, por exemplo: o proeiro corta a ponta do rabo de cima, o outro corta a ponta do rabo inferior; outro corta dois rabos, uma aba, etc.
- (17) “Hoje em dia todos tão pescando aí de linha separada. Porque uns pescam melhor do que os outros, aí não querem arriscar juntar. Hoje em dia cada qual quer fazer mais” (um pescador).
- (18) Para focar as relações sociais mais características desse contexto, utilizaremos o conceito “coalisões” adotado por E. Wolf (*Sociedades Camponesas*, 1970, Rio, Zahar, pp. 112-122). Segundo esse autor os grupos camponeses formam certas alianças ou coalisões para contornarem as pressões de vários tipos de que são vítimas. Entende pelo conceito “uma combinação ou ligação entre pessoas, facções e Estados, em geral temporárias”. Classifica as coalisões em unilineares e multilineares; diádicas e poliádicas; e horizontais e verticais. No primeiro caso o critério distintivo é o fato de um *único* interesse fundamentar a aliança entre duas ou mais partes. No segundo, o critério é o número de pessoas envolvidas na coalisão: diádica, envolvendo 2 pessoas ou grupos; poliádicas envolvendo muitas pessoas ou grupos de pessoas. No terceiro, é a posição das pessoas na ordem social (*status* idênticos ou diversos). Diz Wolf que a imagem subjacente à terminologia “multilinear” e “unilinear” é a de um cordão que possui vários fios torcidos juntos ou de um único fio. “Uma aliança multilinear organiza-se pelo entrelaçamento de muitos laços. Cada um implica o outro, como, por exemplo, quando trocas econômicas implicam parentesco, amizade ou vizinhança. Essas relações de parentesco e amizade com a vizinhança implicam a existência de sanções legais que as governam. Estas implicam a existência de símbolos que as reforçam e representam outras relações”. (p. 113)

garantir sua subsistência, seja diretamente através de seu produto, seja através de mercadorias complementares obtidas em troca dele. O feixe de ações características nesse sistema iterativo é, para usar a terminologia weberiana, do tipo finalístico-racional, isto é, trata-se de um conjunto de ações em que os agentes para conseguirem um objetivo proposto, escolhem os meios adequados de modo racionalmente ponderado, excluindo tanto quanto possível circunstâncias adversas. Com efeito, o proprietário por um lado concede aos pescadores um bem a ser utilizado — sua embarcação; por outro lado, adquire como contraprestação uma parte do produto obtido pelo pescador, o qual constituiu o preço da fruição da canoa, pago não após unidades de tempo predeterminadas, mas de cada vez imediatamente depois de efetuada uma pescaria. A ligação entre as partes é efetuada pelo mestre, que cuida da embarcação, recebendo do dono o material necessário à sua manutenção e entregando ao mesmo a percentagem do produto dos pescadores a que faz jus. Só em casos especiais os pescadores vão ter diretamente ao dono, como por exemplo, quando querem exigir a demissão de um mestre. Mas não obstante esse papel do mestre, não usufrui de direito algum a mais do que os outros, no concernente à remuneração, apesar de ter o dever de governar a canoa e gozar dos direitos correlatos a esse dever. Como no contexto do curral, aqui também ambas as partes — proprietários e trabalhadores — podem suspender a qualquer instante a relação sem aviso prévio e sem direito algum a indenização. Ultimamente alguns donos, em virtude da expansão da comercialização do peixe e da integração comercial da vila com o mercado consumidor de Fortaleza, tem forçado uma ampliação da faixa de seus direitos, obrigando os pescadores das embarcações de sua propriedade a venderem todo o peixe para si. Esses donos são os que controlam também os canais principais de comercialização entre o lugar e a Capital.

A relação entre os pescadores e os proprietários-pescadores da mesma tripulação é predominantemente do tipo unilinear, diádica e com mesclas de características do tipo hierárquico e do tipo horizontal. Com efeito, enquanto os proprietários não-pescadores são donos sempre de outros meios de produção (um curral ou algumas glebas de terra), não sendo a canoa o seu único instrumento de produção econômica, os proprietários-pescadores são menos “ricos” e a sua propriedade se restringe à própria embarcação com que trabalham. Isso implica em que os primeiros mantenham com respeito aos pescadores aquela atitude de afastamento referida, enquanto os segundos, apesar da prevalência do padrão unilinear vertical, vêem seu relacionamento com os trabalhadores condicionado pela aproximação física permanente e ser acrescido de laços de solidariedade, até certo ponto de coleguismo.

c) *Relação entre os componentes da tripulação*

Enfoquemos inicialmente a relação “mestre-pescadores”. Essa relação é carregada de tendências ao conflito entre os tripulantes, ao que pudemos interpretar em virtude de um traço característico de ambivalência inerente ao “papel” de mestre no local e na Região. Enquanto no contexto social mais amplo da comunidade a pessoa do mestre se situa no mesmo nível de igualdade econômica e de poder dos outros pescadores, ostentando símbolos idênticos de *status*, no contexto estreito e serviço no mar, ele é promovido a uma posição institucionalizada de mando sobre os outros. É investido de uma dose de poder que lhe transfere o proprietário da canoa. Enquanto no curral o “líder informal” não reivindica nenhuma parcela de poder ou de autoridade sobre os companheiros, na embarcação o mestre não só é um líder, mas um chefe, representante do dono e com poder de dar ordens aos pescadores, inclusive o de despedi-los da embarcação nos casos de desobediência. Então freqüentemente um ou alguns dos demais componentes da tripulação, sentindo-se no contexto mais amplo, no mesmo nível de igualdade social, o pescador investido de mestre, não se conforma na prática em obedecer-lhe. Isso explica, ao nosso ver, pelo menos em parte considerável, alguns fenômenos relevantes como os desentendimentos e brigas freqüentes entre os componentes da tripulação (entre o mestre e outro pescador, ou entre pescadores que ficam ao lado do mestre numa discussão e os que se lhe opõem); b) a grande facilidade dos pescadores em abandonar uma canoa e procurar outra, registrando-se intensa mobilidade nesse sentido. Com efeito, a maioria dos casos de abandono de canoas se dá em virtude de desentendimento com o mestre, os quais se originam de pequenos atos de insubordinação (19) dos pescadores contra o mestre, ou de atitudes desse consideradas grosseiras pelos pescadores (20). Registra-se assim um certo desencontro entre as normas sociais e o comportamento real referentes às relações entre mestre e pescadores, desencontro que influ-

(19) Insubordinação evidentemente da perspectiva do quadro informativo local.

(20) Vários pescadores informam que a maior fonte de desavenças é realmente a desobediência ao mestre. Tivemos oportunidade de ver uma briga à faca, de um mestre com um pescador logo que aportaram. Segundo o depoimento dos pescadores, começou pelo fato de o mestre tê-lo ordenado fazer alguma coisa na proa e ele se recusado. O mestre chamou-o de preguiçoso. “Preguiçoso é você!” — retorquiu o outro. E assim continuou o bate-boca até a luta na praia. — Veja esses trechos de entrevistas: “Este pessoal de pescaria é um pessoal desobediente; toda semana sai um, entra outro, só por causa de besteira de desobediência deles. Às vezes vão até à faca. O mestre diz uma coisa e eles querem fazer é de outro jeito. O mestre diz: “Fulano, vá empurrando essa embarcação pra riba” (depois que chegam na barra), e ele responde: “eu vou é me embora pra casa; se quiser, empurre você!”

encia consideravelmente o comportamento do mestre tanto na escolha da tripulação como em suas atitudes para com a mesma. Na escolha, ele chega mesmo a levar em conta como principal critério o temperamento pacífico, cordato e dócil dos pescadores, fazendo questão de escolher para proeiro, seu ajudante imediato, uma pessoa de amizade muito estreita ou até um parente que seja ao mesmo tempo amigo e de confiança, o qual lhe possa dar apoio em alguma rixa com os pescadores. No trato com os pescadores, executa ele mesmo não raro muitas tarefas que institucionalmente incumbiriam a outros, condicionando esse fenômeno um caráter de pouquíssima rigidez na atribuição de tarefas. Com efeito, apesar de idealmente delimitadas as tarefas de mestre, proeiro, bico de proa e rebique, há na prática pouca obediência às mesmas, confundindo-se freqüentemente essas fronteiras.

Tal interpretação tem tanto mais razão de ser quanto na apreciação do relacionamento dos pescadores com os mestres donos de embarcação, se verifica menos rebeldia e maior respeito para com os mesmos.

“A esses a gente obedece com mais gosto, mas a certos mestres que não tem onde cair morto e ficam todo orgulhosos de querer mandar na gente...”

Quanto aos restantes membros da tripulação, o traço preponderante é o unilinear igualitário com o interesse econômico preponderante, cuja expressão mais vivaz se consubstancia na chamada “linha separada”. Cada pescador pesca para si, trabalha exclusivamente para si no mar, reduzindo-se o trabalho cooperativo somente às atividades imprescindíveis ao impulsionamento da embarcação. E no momento em que sentem não mais poderem preencher satisfatoriamente seu interesse pessoal, abandonam a canoa e escolhem outra. No contexto da embarcação não chegam a formar portanto uma coesão estreita, firme e duradoura entre si como acontece ao grupo de trabalhadores do curral. O fenômeno “linha separada” é um desenvolvimento recente como se disse acima. Antes a quase totalidade das tripulações pescava de “linha junta”, registrando-se maior espírito de cooperação e solidariedade e portanto uma tendência mais marcantemente comunitária. Efetivou-se, assim, uma mudança sensível nesse sentido, ocasionada, segundo supomos e tentaremos demonstrar em outro lugar, pela intensificação de relações capitalista-comerciais que atingiram as vilas.